DIRETRIZES CURRICULARES PARA O BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: NOVOS RUMOS

CURRICULAR GUIDELINES FOR PHYSICAL EDUCATION BACHELORS: NEW ROUTES

João Batista Tojal*

RESUMO

O texto tem como objetivo analisar, discutir e criticar o parecer construído e homologado pelo Conselho Nacional de Educação que trata das condições que deverão fundamentar a construção das diretrizes curriculares nacionais para a formação de bacharéis em Educação Física, bem como a minuta de resolução que foi apresentada pelo relator e acompanha o parecer identificado como CNE/CES 0138/02. Propõe-se ainda estabelecer comparações com as resoluções das diretrizes curriculares nacionais já homologadas para outras profissões que apresentam as mesmas características formativas, ou seja, preparam bacharéis e licenciados. Buscou-se, no momento do encerramento desse processo de análise, proceder à proposta de condições qualitativas significativas, cuja inclusão na resolução específica que venha a ser homologada se julga necessária.

Palavras-chave: diretrizes curriculares. Bacharelado. Educação física.

Não se pode reformar e ressignificar qualquer categoria profissional, sem a prévia reforma da capacitação dos profissionais que a compõem, mas também não se pode reformar a capacitação e significação dos profissionais, sem que se reforme o entendimento do que é uma categoria profissional (TOJAL, 2003, p.11).

INTRODUÇÃO

Início este texto declarando que é muito importante identificar de qual profissão e profissional se está tratando, pois abordar a preparação que se desenvolve através do Ensino Superior sempre ocasiona alguns desvios de entendimento.

O primeiro ponto que necessita ser esclarecido diz respeito à condição da profissão a que essa preparação se refere, pois, dependendo dessa situação, podem ocorrer várias condições de diferenciação. Cumpre esclarecer se se trata de uma profissão reconhecida legalmente ou não, isto é, se foi regulamentada por lei; se o curso oferece a

preparação de profissionais com conhecimento generalista, como é caso da medicina, da odontologia, do direito, da economia e outras, ou se oferece a preparação de especialistas, caso das engenharias: elétrica, civil, de alimentos, química, agrícola, agrônômica, mecânica e demais; se o que oferece é uma preparação mais tecnológica, e ainda, se proporciona uma preparação dupla, ou seja, do generalista, através do bacharel/profissional, e do especialista, como licenciado/professor.

Esse início de novo milênio, trouxe a todos os administradores dos cursos de preparação profissional em Educação Física – Diretores/Coordenadores/chefes de departamento – e aos docentes dos programas de graduação na área, como se fosse um presente enviado pelos céus, a oportunidade ímpar de poder estarem motivados a procederem a uma completa reengenharia tanto das Instituições de Ensino Superior como dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e da licenciatura para a Educação básica (TOJAL, 2002, p.24).

* Professor Doutor.

Feitos esses esclarecimentos iniciais, apresento agora a problemática que está sendo abordada neste texto, uma vez que a profissão Educação Física - forma como ainda hoje é denominada e reconhecida pela sociedade brasileira - enquadra-se no grupamento daquelas em que, através do Ensino Superior, são preparados tanto o bacharel, profissional de Educação Física, quanto o licenciado, professor da Educação Básica, com licenciatura plena em Educação Física.

A preparação dos professores já foi estabelecida legalmente, conforme os pareceres CNE/CP 09/2001 - que estabeleceu os parâmetros para a formação de professores para a Educação Básica com licenciatura plena - e CNE/CP 27/2001 (DOU, 18 jan. 2002. Seção 1, p.29), que definiu a forma como deve se dar o estágio obrigatório nesses cursos. Isso resultou na homologação e publicação da Resolução CNE/CP 01, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. Essa especificidade formativa foi complementada pelo contido no Parecer 28/2001 (DOU, 18 jan. 2002. Seção 1, p. 29), que configurou as orientações para organização das diretrizes no tocante à carga horária dos cursos de licenciatura, sendo homologada através da Resolução CNE/CP 02/2002, publicada em 04 de março de 2002, que definiu a duração e a carga horária para todo e qualquer curso de licenciatura.

Destarte, fica estabelecida como a pretensão deste texto, proceder às considerações unicamente sobre o processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Preparação de Bacharéis em Educação Física, desenvolvendo análises das definições já homologadas através do Parecer CNE/CES 0138/02, de 03 de abril de 2002. Pretende-se também estabelecer comparações com as resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais já homologadas para outras profissões que apresentam as mesmas características formativas, ou seja, preparam bacharéis e licenciados.

A legislação que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais, mais precisamente o Parecer CNE/CES 776/97, de 03 de dezembro

de 1997, ressalta que os currículos formulados na vigência da revogada Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – LDB caracterizavam-se pela excessiva rigidez, advinda “em grande parte, da fixação detalhada de mínimos currículos” (MEC/CNE/CES, Parecer 0108/03, p.7). Disso resultou a progressiva diminuição da margem de liberdade que fora concedida às instituições para organizarem suas atividades de ensino. Ademais, esse Parecer esclarece ainda: “Na fixação de currículos muitas vezes prevalecem interesses de grupos corporativos interessados na criação de obstáculos para o ingresso em um mercado de trabalho marcadamente competitivo, o que resultou, nestes casos, em excesso de disciplinas obrigatórias e em desnecessária prorrogação do curso de graduação”.

Esse parecer, à luz da nova orientação provida pela LDB, indicava a conseqüente “necessidade de uma profunda revisão de toda tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada”.

Neste contexto, é preciso haver uma explicação sobre o que se entende por formação continuada, e nesse intuito e como apoio, faço uso dos apontamentos de Carré (2001)

A mudança de paradigma educativo que subentende a autoformação educativa impõe passar de um modelo centrado no ensino, com a predominância do modo transmissivo, presencial, que autoriza o individualismo dos formadores, a um modo centrado no formando que constrói os seus saberes em ligação com o seu próprio projeto, implicando um trabalho coletivo e em parcerias das pessoas e recursos (p. 418).

Assim, em conformidade com o entendimento expresso no Parecer CNE/CES 776/97, as novas diretrizes curriculares deveriam “contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente”.

Para aderir a esta mudança, é necessário ter consciência daquilo que está em jogo. A nossa sociedade caracteriza-se por um aumento da duração da formação inicial e da oferta da formação contínua. Ora, qualquer que seja a qualidade dos formadores, as necessidades durante toda a vida nunca poderão ser inteiramente satisfeitas pelos estágios clássicos (CARRÉ, 2001, p. 418).

Assim sendo, considero que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Preparação dos Bacharéis em Educação Física possam ser consideradas como o conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino, visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida, ou seja, as orientações que merecem necessariamente ser respeitadas por todas as instituições.

Destarte, para que se organizem as diretrizes curriculares dessa profissão, será necessário que se identifique inicialmente a que área pertence e como essa área pode ser caracterizada.

Nesse sentido, o Parecer CNE/CES 0138/02 procurou estabelecer essa análise de forma a situar competentemente a Educação Física como componente das profissões da área da Saúde, respeitando a Resolução CNS n.º 218, de 06 de março de 1997, que a considerou oficialmente como uma das 13 profissões que compõem esse universo.

Assim, no contexto das diretrizes curriculares, no Parecer CNE/CES 0138/02, p. 2, a concepção de saúde acompanha a definição apresentada pela Organização Mundial da Saúde: “Um estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Tal conceito se aproxima cada vez mais do conceito de qualidade de vida, estabelecendo que: “Promover a saúde e o bem-estar é mais do que prevenir doenças ou prolongar a vida”. Portanto, nessa visão, a busca da saúde pressupõe o exercício da cidadania, cabendo dessa forma ao profissional de Educação Física intervir em benefício do indivíduo, no sentido de que ele consiga assumir sua responsabilidade individual e, de maneira participativa, a da sua

comunidade, para o que necessita estar em condições de desfrutar de uma qualidade de vida ativa.

Quanto à caracterização da profissão Educação Física, o mesmo parecer identifica-a da seguinte forma: “compreende uma área de estudo, elemento educacional e campo profissional caracterizados pela análise, ensino e aplicação do conjunto de conhecimentos sobre o movimento humano intencional e consciente nas suas dimensões biológica, comportamental, sócio-cultural e corporeidade”. Essa caracterização dá a impressão de que concorda, ou mesmo aceita, a vinculação dessa área aos conhecimentos advindos da motricidade humana, quando advoga a favor do movimento humano intencional e consciente, correspondente à corporeidade.

De certa forma pode parecer que houve um certo exagero de entendimento, ou mesmo uma certa “miscelânea” praticada pelo relator, quanto ao entendimento da área; contudo, realmente existe essa conturbação epistemológica no que respeita à Educação Física, que, dependendo do grupamento consultado, pode receber conceituações diferentes e muitas vezes contraditórias.

O relator, ao analisar vários documentos (seis) elaborados por diferentes grupamentos, preocupou-se em estabelecer a caracterização da Educação Física como

[...] um campo de intervenção profissional, que, por meio de diferentes manifestações e expressões da atividade física/movimento humano/motricidade humana (tematizadas na ginástica, no esporte, no jogo, na dança, na luta, nas artes marciais, no exercício físico, na musculação, na brincadeira popular bem como em outras manifestações da expressão corporal) presta serviços à sociedade (Parecer CNE/CES 0138.02, p. 3).

Se existe realmente dificuldade no estabelecimento do objeto de estudo definitivo e único para a Educação Física, ao se buscar estabelecer o perfil do formado/egresso/profissional como bacharel, deverá ocorrer a mesma dificuldade já descrita quando da iniciativa de caracterizar a área. No

documento que venho aqui analisando, esse fato fica evidenciado quando o relator estabelece o perfil geral do graduado/bacharel de Educação Física: “Com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, qualificado para o exercício profissional com base no rigor científico e intelectual e pautado no princípio ético”. Continuando nessa mesma identificação, o relator estabelece ainda que o profissional “Deverá ser formado para estudar, pesquisar, esclarecer e intervir profissional e academicamente no contexto específico e histórico-cultural, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural de modo a atender as diferentes manifestações e expressões da Atividade Física/Movimento Humano”.

Considero que o relator foi extremamente cuidadoso e competente, uma vez que se preocupou em situar e caracterizar a Educação Física como componente das profissões da Saúde, e, quando do estabelecimento do perfil do futuro profissional, demonstrou ter conseguido absorver todo o entendimento da missão que um profissional da área da Saúde deve desenvolver. Nesse sentido elencou uma série de manifestações e expressões relacionadas e identificadas com as diferentes possibilidades de intervenção do profissional de Educação Física no atendimento aos anseios e necessidades da sociedade, no que se refere à consecução de uma cultura para a qualidade de vida ativa.

Nesse ponto, quero ainda ressaltar que o relator, mesmo em se tratando de um parecer que se refere à preparação de bacharéis, fez menção identificatória do perfil mínimo necessário para o professor de Educação Física, declarando: “O graduado em Educação Física, com Licenciatura em Educação Física, deverá estar capacitado a atuar na Educação Básica e na Educação Profissional”. Esse perfil deve ser destacado também quando da organização da resolução sobre ao curso de Graduação do Bacharelado em Educação Física.

Conforme venho observando incessantemente, o relator demonstrou toda a sua intimidade com a construção de um parecer que se pretende competente e específico, no sentido de orientar a montagem da resolução que deverá estabelecer os parâmetros para a preparação dos bacharéis/profissionais de

Educação Física. Para reforçar essa afirmação, sirvo-me novamente da obra dos autores franceses já anteriormente citada, onde se encontra:

Num contexto econômico difícil em que o emprego estável se torna incerto, possuir um leque de competências e poder utilizá-las tornou-se um trunfo que não pode ser descurado, embora não seja infelizmente suficiente. O capital de competências torna-se necessário para gerir da melhor forma a sua mobilidade profissional e a sua empregabilidade (CARRÉ, 2001, p. 363).

Nas páginas de 4 a 6 do Parecer CNE/CES em análise estão definidas as competências e habilidades - gerais, específicas e técnico-científicas, ético-políticas e socioeducativas contextualizadas - que deverão permitir aos bacharéis atuarem com vista à resolução dos problemas e necessidades da sociedade em suas questões de relacionamentos e superações, possibilitando a cada indivíduo que a compõe melhorar sua qualidade de vida ativa e tornar-se um cidadão mais útil, participativo e contribuinte.

Todo aquele que tenha a responsabilidade de formar profissionais necessita possuir o entendimento de que o egresso de seu curso deverá ou poderá desempenhar suas intervenções junto ao mercado de trabalho, representado, no caso da Educação Física, por todo o universo da sociedade, independentemente de outras situações e condições. Assim, os conteúdos curriculares deverão ser sempre guiados por critérios de orientação científica, que envolvam a teoria e a prática e tenham como “foco” da intervenção desse profissional o “ser humano”. Torna-se indispensável que se abordem os conhecimentos sobre o homem e sua corporeidade, sobre a sociedade e a cultura nela existente, mesmo que somente local, a princípio; e ainda que se considere a possibilidade de interação entre esses conceitos, permitindo a capacitação para a intervenção do profissional.

Destarte, como se está abordando a preparação de profissionais de Educação Física, hoje perfeitamente situados como componentes das profissões da área da Saúde, é importante

que se consiga estabelecer as necessárias relações entre os conhecimentos científicos tanto do campo da Saúde e do homem quanto das especificidades da Educação Física. Isso possibilitará que esse profissional apresente uma formação abrangente e desenvolva um trabalho com seres humanos em contextos histórico-sociais específicos.

Para atender a essa necessidade, percebe-se que o Parecer CNE/CES 0138/02, no item 3, quando trata dos conteúdos curriculares, novamente conseguiu dar conta dessa necessária conjugação de conhecimentos. Ali o documento orienta a que se busque contemplar, no desenvolvimento dos cursos de bacharelado em Educação Física, os diferentes contextos que favoreçam a futura intervenção dos profissionais, identificando e relacionando conhecimentos genéricos, mas considerados básicos para a área (ser humano, saúde, sociedade, natureza, pedagógicos e técnico funcionais aplicados), e ainda outros mais voltados à ação e envolvimento dos profissionais com questões ligadas as diferentes práticas, para o que dependem da utilização de equipamentos e materiais diversos, contudo próprios e específicos.

Demonstrando cuidado com o trato dos conteúdos, o relator do parecer em análise coloca reiteradamente que os conhecimentos abordam sempre tanto a atividade física como a motricidade humana ou o movimento humano, que apesar de não representarem ou significarem os mesmos conhecimentos e conceitos, podem certamente relacionar-se e por vezes ser complementares. Tais aspectos deverão fazer parte do repertório profissional no momento das intervenções, visando propiciar ao indivíduo cultura, saúde, participação, relacionamento, prazer, superação, rendimento, *performance* - enfim, prestar atendimento aos anseios e necessidades da sociedade.

No item 4, o parecer aborda questões complementares da preparação profissional e indica a necessidade do oferecimento de estágio e demais atividades complementares, que têm por fim despertar o acadêmico a se envolver com a busca do conhecimento. Isso certamente deverá favorecer o despertar da consciência para a necessidade de preparação continuada, e desse processo devem fazer parte programas de iniciação

científica, extensão, monitorias e estágios específicos (observacional, didático operacional) e trabalho de conclusão de curso. Através desses programas o aluno poderá demonstrar toda a sua ansiedade e capacidade para tratar o conhecimento a partir do surgimento de problemas e questões a serem resolvidas, quando então poderá lançar mão do conhecimento e prática acumulados pelo processo de participação em experimentações.

Avança ainda o parecer CNE/CES 0138/02, ao definir a necessidade de um processo permanente de avaliação, tanto na implementação do programa de formação como na do ensino-aprendizagem, na forma em que for desenvolvido. No sentido de fortalecer essa iniciativa da proposta apresentada, que deve ser uma exigência na organização de qualquer curso, sirvo-me do artigo de Massingue (2001, p. 394):

A questão da avaliação é uma questão antiga e recorrente de qualquer política de formação, e a sua execução deveria ser uma obrigação primeira impondo-se naturalmente tanto àqueles que a realizam quanto àqueles que a prescrevem. Nos fatos, as coisas nem sempre são tão claras. Pode ser exigida nos discursos mas não deve ser surpresa caso se constatar que é demasiado difícil de realizar para ser efetivamente cumprida. Porque na verdade na economia da despesa a avaliação é perturbadora.

Como todo processo de legalização de pareceres sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais depende da homologação de uma resolução específica, o relator apresentou, anexa ao Parecer CNE/CES 0138/02, uma minuta de proposta, visando a que sejam instituídas as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Educação Física.

A minuta de resolução, composta de 14 artigos, procurou estabelecer as relações da Educação Física com a área da Saúde, e no artigo 3º, ao definir o perfil desejável do profissional a ser formado, configurou uma preparação generalista, humanista, crítica e reflexiva, para que esse profissional consiga se demonstrar qualificado para desenvolver suas funções com base no rigor científico e intelectual, pautado principalmente nos princípios éticos. Assim, foi a questão colocada

muito bem e de forma bastante adequada, pois se entende que a ética profissional seja

[...] a melhor e mais qualificada capacidade de: atenção, avaliação, intervenção e resolução de questões e problemas com total dedicação, competência e responsabilidade, oferecidas ao beneficiário pelo destinatário, que deverá ouvir a voz da razão: “Deve” e “Pode”, sendo portanto, estabelecida uma ética do conhecimento (TOJAL, 2003, p. 10).

No artigo 3º consta ainda que o aluno a ser formado deve estudar, pesquisar, esclarecer-se para intervir profissional e academicamente no contexto específico e histórico-cultural, a partir de conhecimentos de natureza técnica, científica e cultural. Sua atuação deverá atender às diferentes manifestações e expressões da atividade física e do movimento humano (esporte, ginástica, musculação, danças, lutas, lazer, recreação e tantos outros) presentes na sociedade, considerando as características regionais e os diferentes interesses identificados com o campo da atuação profissional.

O relator deixa parecer ou procura dar a perceber que, através desse artigo, se está definindo que o profissional de Educação Física deve possuir realmente uma formação acadêmica, pois é no Ensino Superior que se desenvolve o conhecimento científico que dá significação a toda aplicação tecnológica profissional. Dessa forma é necessário que se explicita através de quais conhecimentos e para quais manifestações ele está sendo preparado.

Fazendo uma análise comparativa do documento com as diretrizes curriculares nacionais de outras profissões que apresentam a formação dupla, como já explicado no início deste texto – caso de: Biologia, Nutrição, Enfermagem, e de outras como Terapia Ocupacional, Medicina, Odontologia, Farmácia, Fisioterapia, todas da área da saúde, o artigo 3.º de suas respectivas diretrizes também se presta a fornecer a identificação do perfil, dos conhecimentos que lhes dão significação e das possibilidades e maneiras de operacionalização da prestação de atendimento e intervenção profissional. Portanto, deixar de estabelecer essas condições e características significa expurgar a profissão e o profissional das

relações seguras dos campos e modos de intervenção. Não obstante, é preciso informar que, nas diretrizes curriculares das profissões que também oferecem a formação dupla - bacharéis e licenciados - existe a identificação de perfis diferenciados para cada profissional, o que é necessário ocorrer também com as diretrizes curriculares da Educação Física.

Como já se colocou, a Educação Física possui a formação dupla, e no caso, o Parecer CNE/CES 0138/02 foi construído visando à preparação de profissionais bacharéis nesse campo, e o licenciado, ou seja, o professor de Educação Física, fica adstrito às Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores nas Licenciaturas Plenas para a Educação Básica – Resoluções CNE/CP 09/2001, CNE/CP 01 e 02/2002. Em face disso considera-se como de extrema necessidade que, assim como ocorreu nas diretrizes curriculares das demais profissões correlatas que oferecem formação dupla e como indicado no parecer específico que se vem analisando, o perfil do licenciado e algumas orientações importantes sejam incluídos na resolução do bacharelado em Educação Física, para que o professor de Educação Física da escola não fique excluído dessa profissão.

No artigo 4º da minuta apresentada pelo relator são destacadas as competências e as habilidades gerais que deve o profissional de Educação Física desenvolver para se tornar apto a exercer essa profissão. Não obstante, entendo que nesse artigo, mantendo-se a seqüência organizativa com que vem sendo apresentada a proposta, devem ser identificados os perfis diferenciados de cada formação específica – bacharel e licenciado; ou seja, em que tipo de conhecimento será baseada a formação para que o exercício profissional possa, no mínimo, ser qualificado e competente. A partir desses conhecimentos e conceitos é que o profissional poderá atuar, expressando-se ou servindo-se de diferentes manifestações existentes e comumente utilizadas para o desenvolvimento de atividades no seio da sociedade. Logo, deixar de identificar, caracterizar, significar e estabelecer quais sejam essas atividades e quais os relacionamentos que o profissional deverá desempenhar no momento de sua atuação, certamente contribuirá para que não se consiga configurar a sua qualificação, comprometimento, significação social e responsabilidade profissional.

Toda vez que ele se encontre atuando em algum segmento de seu possível campo de ação, esse campo poderá ser considerado como não vinculado ou relacionado à atuação específica dessa profissão, legal e cientificamente.

Todos os demais artigos que compõem a minuta de proposta de resolução encaminhada pelo relator discorrem sobre as competências e habilidades específicas e conteúdos a serem oportunizados e desenvolvidos na formação. Alguns chegam mesmo a orientar para a observação de aspectos constitutivos da regulamentação específica do Ensino Superior, como as questões de práticas pedagógicas. Referem-se ao que se entende por práticas pedagógicas, estágio profissional e projeto pedagógico. Estabelecem o sentido de pluralidade da construção dos currículos, de modalidades de oferecimento entre seriado semestral, sistema de créditos ou modular. Falam de conhecimentos que precisam ser assegurados na estrutura do curso, da necessidade de avaliação permanente e das competências e habilidades do corpo discente sobre os conteúdos ministrados. Referem-se enfim, a questões que já estão suficientemente referenciadas no parecer CNE/CES 0138/02 e demais pareceres e resoluções sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais e deverão servir de material de consulta, apoio e orientação na organização dos cursos de qualquer instituição superior de ensino.

Considero que essa minuta, apesar de dar conta das necessidades para organização da preparação de profissionais em Educação Física, se observada no conjunto de toda a legislação existentes - aí incluídos outros pareceres, decisões recomendatórias e resoluções emanadas do Conselho Nacional de Educação - deixou em aberto certas exigências. Uma delas é a de que a orientação dos estágios supervisionados obrigatórios ocorra sob as diretrizes e articulação da instituição de ensino superior e com a orientação e supervisão de profissionais qualificados e habilitados. O estágio é considerado um momento de aprendizado onde se deverão relacionar duas lógicas - educação e trabalho - constando do projeto pedagógico do curso; portanto, é uma prática pedagógica.

Outra questão que deixou de ser referenciada na proposta de minuta de resolução para a formação dos bacharéis de Educação Física foi a exigência da elaboração de um

trabalho final de curso. Essa elaboração é considerada como o momento em que o aluno deverá apresentar sua capacidade de análise, reflexão e crítica, e se demonstrar capaz de realizar experimentações e a construção de projetos e procedimentos, a partir dos conhecimentos tratados, possibilitando assim que se esteja constantemente socializando o conhecimento produzido.

Entendo que a minuta de resolução referente ao Parecer CNE/CES 0138/02, que trata da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Bacharéis em Educação Física, possa ser acrescida das condições e qualidades aqui referidas, a saber, a definição de perfis diferenciados para o bacharel e licenciado-professor, com a indicação do campo de atuação e das demais orientações específicas para a formação de professores de Educação Básica - Licenciatura Plena em Educação Física. Esse professores não deixam de ser profissionais de Educação Física, apesar de possuírem um direcionamento específico quanto ao seu campo de atuação no sistema escolar, nos níveis fundamental e médio. Dever-se-á exigir um trabalho de conclusão de curso e um estágio supervisionado, sob total responsabilidade da Instituição de Ensino e sob orientação e supervisão de profissionais qualificados e habilitados. É preciso ainda constar a necessidade de que a organização do curso seja orientada tanto pela resolução específica como pelo parecer que a fundamentou e pelas demais regras, regulamentos e leis emanados do Conselho Nacional de Educação.

Para encerrar, quero deixar registrada aqui a minha sensação de que os dirigentes e professores atuantes nos cursos de preparação de profissionais de Educação Física têm buscado sempre desenvolver os projetos visando à eficácia e à qualidade de dispositivos e ações para melhorar a formação que oferecem; entretanto, nem sempre são capazes de desenvolver o controle de uma série de decisões que se situam fora de seu campo de competência, as quais, por vezes, dizem mais respeito às linhas hierárquicas dos demais responsáveis pelas Instituições onde atuam.

Sirvo-me, neste sentido, do alerta apresentado por Caspar (2001, p.243):

Simultaneamente, a formação e aquelas e aqueles que dela fazem a sua profissão devem lutar para continuar a

fazer reconhecer a sua identidade e a sua credibilidade. Em universos em que se colocam as decisões de formação o mais perto possível dos lugares de simples decisão, vemos desenvolver-se a idéia de que o profissionalismo dos <formadores> só é realmente necessário a um certo nível; que as hierarquias devem, e conseqüentemente sabem, analisar as necessidades, formular os objetivos, avaliar os resultados.

Mesmo assim, entendo sempre necessário que esses atores – dirigentes, professores e alunos - procurem demonstrar a preocupação de que, nesse processo de formação profissional, possam ser considerados e reconhecidos como legítimos para neles continuarem intervindo, seja por razões de tradição, seja de imagem, de estatuto, de credibilidade e, principalmente de capacitação, qualidade, competência e responsabilidade ética, pois somente assim se conseguirá reformar e ressignificar qualquer profissão e seus profissionais.

CURRICULAR GUIDELINES FOR PHYSICAL EDUCATION BACHELORS: NEW ROUTES

ABSTRACT

This text aimed at analyzing, arguing and criticizing the report produced and homologated by the National Council of Education that deals with the conditions that should base the elaboration of the national Curricular Guidelines for the graduation of Physical Education Bachelors. A criticism on the minute of resolution presented by the reporter and that is enclosed to the report identified as CNE/CES 0138/02 is also made. Comparisons with the National Curricular Guidelines Resolutions already homologated for other professions who have the same formative characteristics, there is, prepare Bachelors and subjects with the degree of licentiate, are also suggested. When finishing this analysis process, it is put forward a proposal of significant qualitative conditions, whose inclusion in the specific Resolution to be homologated is necessary.

Key words: Curricular Guidelines. Bachelors. Physical education.

REFERÊNCIAS

- CARRÉ, P.; CLÉNET, J.; D'HALLUIN, C.; POISSON, D. Engenharia pedagógica e formações abertas. In: TRATADO das ciências e das técnicas da formação. Lisboa-Portugal: Editora Piaget, 2001. p. 399-422.
- CASPAR, P. Uma conclusão...ou melhor, uma abertura. In: TRATADO das ciências e das técnicas da formação. Lisboa-Portugal: Editora Piaget, 2001. p. 493-523.
- DE KETELE, J.-M.; CHASTRETTE, M.; CROS, D.; METTELIN, P.; THOMAS, J. **Guia do formador**. Lisboa-Portugal: Editora Piaget, 1994.
- MARC, E.; GARCIA-LOCQUENEUX, J. **Guia de métodos e práticas em formação**. Colaboração de YVES ARRIVÉ, J. Lisboa-Portugal: Editora Piaget, 1997.
- MASSINGUE, B. Pilotagem das políticas de formação. In: TRATADO das ciências e das técnicas da formação. Lisboa-Portugal: Editora Piaget, 2001. p. 375-422.
- MEC/CNE/CES. Parecer n. 0138/2002. Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Educação Física. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 abr. 2002. Seção 1, p. 34. n. 80.
- MEC/CNE/CP. Resolução n.º 1. Institui Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 8.
- MEC/CNE/CP. Resolução n.º 2. Institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 4 mar. 2002. Seção 1, p. 9.
- MEC/CNE/CP. Parecer n.º 09. Diretrizes curriculares nacionais – instituição – formação de professor – educação básica – licenciatura plena. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 08 maio 2001.
- TOJAL, J. B. A. G. Gestão e preparação profissional. **Cultura e Contemporaneidade na Educação Física e no Desporto. E agora?** São Luiz: Coleção Prata da Casa. Especial edition. p. 148-153, 2002.
- _____. A reengenharia da preparação profissional em Educação Física. **FIEP BULLETIN**, Foz do Iguaçu, v.73, p. 10, 2003. Especial edition.
- _____. A Ética e a deontologia. In: TOJAL, J. B. A. G. (org.) **Ética e responsabilidade profissional em Educação Física**. São Paulo: Phorte, 2003.

Enviado em 30/10/03
Revisado em 15/11/03
Aceito em 17/12/03

Endereço para correspondência: João Batista Tojal. E-mail: Jbtojal@terra.com.br